

A migração do campo para os centros urbanos no Brasil: da desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades**Migration from the countryside to urban centers in Brazil: from deterritorialization in rural areas to chaos in big cities**

Recebimento dos originais: 02/05/2018

Aceitação para publicação: 21/06/2018

Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento

Doutorando no programa de Pós Graduação em Ciência, tecnologia e inovação Agropecuária

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ

Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular –
CASTE, BR-465, Km 7 – UFRRJ, Seropédica, RJ, Brasil

Email: ca.samento@ig.com.br

Márcio de Albuquerque Vianna

Doutor na área de Políticas Públicas Comparadas pelo PPGCTIA/UFRRJ

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ

Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular –
CASTE, BR-465, Km 7 – UFRRJ, Seropédica, RJ

Email: marcioviannamat@ufrj.br

Diná Andrade Lima Ramos

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ

Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular –
CASTE, BR-465, Km 7 – UFRRJ, Seropédica

Email: dinalimaramos@hotmail.com

Lamounier Erthal Villela

Coordenador do Programa de Educação Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento territorial
PEPEDT/UFRRJ

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ

Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular –
CASTE, BR-465, Km 7 – UFRRJ, Seropédica, RJ

Email: lamounier.erthal@gmail.com

Daniel Neto Francisco

Doutorando na área de políticas públicas comparadas no programa de Pós Graduação em Ciência,
tecnologia e inovação Agropecuária

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ

Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular –
CASTE, BR-465, Km 7 – UFRRJ, Seropédica, RJ

Email: dnetofrancisco@gmail.com

Riyuzo Ikeda Junior

Doutorando na área de políticas públicas comparadas no programa de Pós Graduação em Ciência, tecnologia e inovação

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ

Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular – CASTE, BR-465, Km 7 – UFRRJ, Seropédica, RJ

Email: rikedajunior@gmail.com

RESUMO

O objetivo central deste ensaio é discutir como as políticas econômicas adotadas no Brasil, a partir dos anos 1960, para o meio rural afetaram socioeconomicamente os pequenos produtores e trabalhadores rurais, acerca da questão agrária que contribuiu para a desterritorialização no campo e, assim, promoveu a migração de famílias para os centros urbanos. Buscou-se o método histórico-comparativo e crítico como análise, o qual possibilitou compreender o desenvolvimento das relações entre os espaços rurais e urbanos no país. Para tanto, adotam-se referências bibliográficas que abordam a dicotomia entre os espaços urbanos e rurais no Brasil, assim como o panorama sobre a relação campo e cidade por meio da implementação de políticas econômicas no período dos governos militares. Utiliza-se ainda de dados estatísticos de fontes como INCRA¹ e o IBGE² a fim de confirmar tais informações. Elaborou-se ainda, um panorama histórico e contextual da modernização conservadora do grande latifúndio e da expansão agro-mercantil do Brasil. Assim, ficou clara a opção brasileira pela via prussiana de estímulo ao latifúndio e de ignorar a reforma agrária e a importância de valorizar o desenvolvimento no campo por meio da agricultura familiar. Tal opção impactou diretamente na estrutura populacional brasileira, culminando na migração não planejada da população para os grandes centros urbanos, o que sinalizou descaso com a população rural e que afetou negativamente na então frágil infraestrutura urbana, que ainda comportou de forma desordenada os novos imigrantes. O modelo de desenvolvimento econômico nacional vigente da época, que previa atrair trabalhadores do campo para grandes centros, defendia a modernização do campo. Esse modelo promoveu um processo de desterritorialização em meio ao aumento de conflitos e da violência e morte no campo, impactando na estrutura social e econômica pelo inchaço dos centros urbanos brasileiros até os dias de hoje (HAESBAERT, 1995; 2012). A falta de políticas de manutenção dos pequenos agricultores no campo ajuda na promoção dos fluxos migratórios para os grandes centros urbanos, causando também o aumento da precariedade das habitações, pela falta de planejamento urbano que expande o quadro de moradias “subnormais” e violência urbana. Conclui-se que as políticas econômicas para o campo resultaram em situações conflituosas de cunho social e estrutural de acesso a bens públicos e privados nos grandes centros urbanos do Brasil e de evasão no campo.

Palavras-chave: Mundo Rural; Mundo Urbano; Política Econômica; Reforma Agrária.

ABSTRACT

The main objective of this essay is to discuss how economic policies adopted in Brazil from the 1960s on the rural environment affected socioeconomically small producers and rural workers about the agrarian issue that contributed to the deterritorialization in the field and thus promoted the migration of families to urban centers. We sought the historical-comparative and critical method as an analysis, which made it possible to understand the development of relations between rural and

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

urban spaces in the country. To do so, we adopt bibliographical references that address the dichotomy between urban and rural spaces in Brazil, as well as the panorama about the relationship between countryside and city through the implementation of economic policies in the period of military governments. Statistical data from sources such as INCRA and IBGE are also used to confirm this information. A historical and contextual panorama of the conservative modernization of the large latifundia and the agro-mercantile expansion of Brazil was also elaborated. Thus, the Brazilian option through the Prussian way of stimulating the latifundio and ignoring agrarian reform and the importance of valuing development in the countryside through family agriculture became clear. Such an option had a direct impact on the Brazilian population structure, culminating in the unplanned migration of the population to the large urban centers, which signaled a lack of respect for the rural population and negatively affected the fragile urban infrastructure, which still had the new immigrants in a disorderly way. The prevailing model of national economic development at the time, which aimed to attract workers from the countryside to large centers, advocated the modernization of the countryside. This model promoted a process of deterritorialization in the midst of increased conflicts and violence and death in the countryside, impacting the social and economic structure due to the swelling of Brazilian urban centers to the present (HAESBAERT, 1995, 2012). The lack of maintenance policies for small farmers in the countryside helps to promote migratory flows to large urban centers, as well as increasing the precariousness of housing, the lack of urban planning that expands the framework of "subnormal" housing and urban violence. It is concluded that the economic policies for the countryside have resulted in conflicting social and structural situations of access to public and private goods in the great urban centers of Brazil and of evasion in the countryside.

Keywords: Rural World; Urban World; Economic policy; Land reform.

1 INTRODUÇÃO

O intuito desse trabalho é promover uma discussão de como as políticas econômicas adotadas no Brasil, em especial no meio rural brasileiro afetou, socioeconomicamente os pequenos produtores e trabalhadores rurais, bem como a estrutura espacial da população brasileira, levando a impactos também socioeconômicos no meio urbano. Realiza-se uma análise histórico-comparativa e histórico-crítica (GIL, 2002), a fim de esclarecer como tem se desenvolvido, desde a década de 1960 até o presente, as relações entre os espaços rurais e urbanos no Brasil, as quais impactaram nos processos migratórios do campo para os grandes centros urbanos. Utiliza-se a técnica bibliográfica, com consulta tanto ao acervo impresso, como digital. Também são utilizados bancos de dados estatísticos a fim de ratificar as informações. Na primeira seção busca-se trazer novamente ao debate a relação histórica entre o rural e urbano e a formação da sociedade brasileira. Na segunda ratifica-se a importância da questão agrária no Brasil e o processo de desterritorialização, bem como mostra a importância e luta do povo rural. Na terceira seção busca-se mostrar que não só ignorar, como também agravar a questão agrária levou ao surgimento da questão urbana. Mostra-se que ambos os problemas são resultante de um mesmo processo.

2 A IMPORTÂNCIA DO RURAL O PARA A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Segundo senso do IBGE de 2010, 84% da população brasileira vivem em áreas urbanas (160.879.708 milhões), enquanto 16% no meio rural (29.852.986 milhões). No Brasil, essa transformação espacial ocorreu tanto pelo êxodo rural provocada pela industrialização no sudeste quanto pela modernização tecnológica e conservadora que chegou aos campos a partir, principalmente da década de 60³, alterando significativamente a distribuição da população no território brasileiro.

O processo de modernização do campo, centralizadora e desassociada de uma política de reforma agrária, assunto a ser explorado mais adiante, resulta em desemprego e miséria “para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa [...] a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência” (PRADO JR., 2000, p. 22) resultando na migração em massa da população de trabalhadores rurais para os centros urbanos, despontando de uma proporção de 10.6% da população (Rural > Urbano) em 1960, para 50.2% da população (Rural < Urbano), no período de 40 anos, o que impactou definitivamente a questão urbana, como veremos mais à frente.

Migração rural-urbana no Brasil: 1960-2010

Ano	População Rural	População Urbana	% da população rural	% da população urbana
1960	38.767.423	31.303.034	55,3%	44,7%
1970	41.037.586	52.097.260	44,1%	55,9%
1980	38.573.725	80.437.327	32,4%	67,6%
1990	36.110.443	108.714.709	24,9%	75,1%
2000	31.845.211	137.953.959	18,8%	81,2%
2010	29.830.007	160.925.792	15,6%	84,4%

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (2010).

Portanto, a estrutura política pautada na modernização técnica do grande latifúndio e na expansão agro-mercantil do Brasil no período pós 64, impactou diretamente a população brasileira, visto o crescimento espantoso da população urbana devido à pobreza das regiões rurais, sem uma infra-estrutura urbana que comportasse essa migração.

Por outro lado, a migração rural-urbana proporcionou a apropriação pelo meio urbano de hábitos, saberes, simbolismos e tradições, característicos do meio rural. Segundo Eindlich (2006) “O que caracteriza o rural e o urbano percorre a história e inclui elementos que oscilam no decorrer da mesma. [...] alteram-se conforme as dimensões espaços-temporais” (EINDLICH, 2006, p. 13). Esse processo histórico de construção da sociedade brasileira, seja no meio urbano ou rural deu-se ao

³ Para melhor entendimento *vide* capítulo deste artigo sobre reforma agrária

longo de séculos, intensificado a construção cultural peculiar da sociedade no Brasil, com características impares e condicionalidades específicas no território brasileiro.

No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer [...] uma tradição longa e viva [...] uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura. (HOLANDA, 2004, p. 40).

Sabe-se que a população brasileira tem em sua raiz a miscigenação de várias culturas de vários países distintos. Porém, o que raramente é mencionado é que esses imigrantes viviam em zonas rurais em seus países de origem, o que veio a fortalecer as raízes rurais da formação da sociedade brasileira. Logo, o cerne cultural brasileiro é herdeira de a uma identidade rural, seja alemã, italiana, japonesa, nigeriana, angolana, etc. Desde o Brasil colônia, Portugal, justamente por ser o país colonizador tem um cabedal de destaque na formação rural e conseqüentemente da sociedade brasileira. Segundo Holanda (2004, p. 73) “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos [...] os portugueses no Brasil, foram sem dúvida uma civilização de raízes rurais” (HOLANDA, 2004, p. 73).

Dada a importante influência da cultura da sociedade rural sobre a sociedade urbana, faz-se importante abordar especificamente sobre o que se entende por “rural” e “urbano”, visto que há divergências quanto sua definição que afetam significativamente a análise dos problemas suscitados no artigo. De antemão, salienta-se que só se pode entender o significado do urbano a partir do rural e vice-versa.

Uma das principais e mais conhecidas formas de definir o que é espaço rural é baseada na concentração de pessoas em um determinado território, o adensamento populacional. Porém, não necessariamente se define o rural como um espaço exclusivo da atividade da agricultura, assim como o espaço urbano como um local exclusivo da atividade industrial, visto que existem espaços agricultáveis em regiões definidas como urbano, assim como indústrias em localidades de características rurais.

As cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura. [...] Portanto, a unidade de análise [...] mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele. (ABRAMOVAY, 2000, p.06).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) basicamente define como urbano as cidades e localidades administrativas municipais, incluindo áreas urbanas isoladas, e áreas rurais

todas aquelas extensões localizadas para além desse limite territorial. Sendo uma definição abrangente que proporciona ambiguidade em seu entendimento.

Segundo a localização do domicílio, a situação pode ser urbana ou rural [...] Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não [...] A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (IBGE, 1996).

Para o IBGE, o tamanho e adensamento populacional também é um dos fatores determinantes de sua definição geográfica. Essa proposta é alvo de críticas, visto que essa acepção do espaço é amplamente técnica e “nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual.” (CARLOS, 2015, p. 2), pois não se apropriam de características culturais, ambientais, sociais, econômicos na definição de um território como urbano ou rural.

Nesse contexto, as análises político-administrativas ganham valor em detrimento aos aspectos simbólicos que caracterizam um local, ou seja, a sensação de pertencimento de uma determinada população não se faz presente no ato de definir de fato uma localidade como urbana ou rural. Para Castells (1997), as pessoas socializam-se e interagem em seu ambiente local, seja no povoado, na cidade ou no subúrbio, e constroem redes de vizinhos, sendo assim não deveriam ser somente os limites geográficos e político-administrativos, mais também os aspectos simbólicos de territorialidade que deveriam estar presente na construção e definição do que é urbano e rural.

Entender o local⁴, no atual contexto de uma sociedade global⁵, é apresentar características simbólicas novas, pois elas se permutam e constroem um atributo único dessa fusão. Porém, é notório que a influência urbana nos espaços rurais aparece atualmente de uma forma mais eficiente, pela maior opção de acesso de simbolismos urbanos oferecidos principalmente nas mídias de massa, influenciado, assim, na atual construção da identidade rural, muito mais do que a rural no ambiente urbano.

A identidade do rural contemporâneo pode ser apreendida a partir da consideração de uma série de “mistos”, já que o rural de hoje não é mais o rural “pleno” de algumas décadas atrás. A incorporação de “urbanidades”, entendidas como a manifestação de elementos urbanos no campo, produz uma interação que dá lugar a territorialidades

⁴ Segundo Tenório (2007, p. 17) o Local deve ser entendido como um território que: “Requer o envolvimento de diversas dimensões econômicas, sociais, culturais, ambientais e físico-cultural, político – institucional e científico tecnológica” (Tenório, 2007, p.17).

⁵ Beni (2003, p. 14) define global como: “Processo irreversível, como toda a criação humana feita por grupos de poder, onde apresenta regras, tanto que impelem ao processo de todos”.

ímpares, que restam ser definidas e mais importante, serem compreendidas.(RUA, 2005, *apud* ARAÚJO; SOARES, 2009, p. 203).

Possivelmente é esse aporte “misto”, descrito por Rua (2005) que os aspectos simbólicos acabam depreciados, na definição do que é urbano e (ou) rural.Sendo assim, por mais que exista uma definição metodológica geográfica-administrativa que seja urbano e rural no Brasil, atualmente “existem uma série de definições entre o rural e urbano” (ABRAMOVAY, 2003, p. 03), uma significação única entre esses dois termos, e desperdiçar uma série de fatores simbólicos como os sociais, culturais, ambientais, econômicos, etc. que podem auxiliar no entendimento do que é urbano e rural na sociedade brasileira. Esse artigo tem esse entendimento ampliado, impregnado de simbolismos.

O modelo de desenvolvimento questionável que vem sendo desenhado para o Brasil, em especial a partir dos anos 1950, colaborou sobremaneira para a urbanização do país, levando a que existahoje uma maior incidência da cultura urbana sobre o rural, onde “o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária” (LEFEBVRE, 1999, p. 17). atualmente a relação campo-cidade dar-se á muito mais pelo garantia de subsistência da cidade do que uma reciprocidade cultural, por mais que em sua concepção histórica original,grande parte da formação sócio-cultural da sociedade brasileira advenha de uma realidade rural.

Faz tempo que a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural. Acabou a contradição cidade e campo, à medida que o modo de vida urbano, a sociabilidade burguesa, a cultura do capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem e recriam o campo com outros significados.(IANNI, 1996, p. 60).

Rejeita-se aqui a ideia da derrota das característicassoculturais do rural. Com a proposta de “urbanidade no rural”⁶ apresentada por RUA (2005), o novo entendimento do rural deve compreender o caráter híbrido que um ambiente carrega ao receber uma carga muticultural, mas mantém suas especificidades culturais, sociais, ambientais, econômicas em suas raízes e minimamente preservadas.

⁶ Propomos a ideia de “urbanidades no rural” compreendendo que as especificidades do rural [...]. Um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural; transformado, não extinto. (RUA, 2005, p. 42 e 58).

3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO NO CAMPO

Para se analisar a perspectiva do processo de desterritorialização do campo faz-se necessário destacar alguns elementos presentes na composição agrária do Brasil como um todo. No geral, a estrutura fundiária predominantemente está direcionada à grande propriedade. Modelo organizacional que segundo De Oliveira (2009) se intensifica principalmente no período entre 1967 e 1978, período da chamada modernização da agricultura.

Segundo os dados apresentados por Guedes e Silva (2014):

O contingente de agricultores familiares ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, que significa 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Entretanto, os resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada: os estabelecimentos não familiares representam 15,6% do total e ocupam 75,7% da área produtiva. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares. (GUEDES E SILVA, 2014, p. 3).

Os dados acima apresentados demonstram o elevado grau de concentração fundiária no Brasil. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre os anos de 2001 e 2010 foram assentadas mais de 721 mil famílias no território brasileiro (Ver Tabela 03), entretanto o que é apontado pelo próprio Instituto, no mesmo período, é o aumento da concentração fundiária no Brasil.

Tabela 03: Número de Assentamento no Brasil 2001 à 2010

Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total da década
Norte	19.86	12.43	16.00	31.77			23.50	34.25	25.80	20.18	
	6	8	4	4	58.373	81.573	2	9	5	4	323.778
Nordeste	20.76	16.58	13.25	28.52			20.53	20.54	17.75	10.83	
	0	2	6	2	39.726	35.313	4	5	7	6	223.831
Sul	4.426	2.041	1.038	3.638	2.987	2.059	1.717	1.802	1.195	1.959	
Sudeste	3.877	2.418	1.566	2.459	6.540	3.260	3.311	2.316	3.177	2.295	
	14.54	10.00		14.86			18.47	11.23			22.862
Centro-Oeste	8	7	4.437	1	19.880	14.153	1	5	7.564	4.205	
	63.47	43.48	36.30	81.25			67.53	70.15	55.49	39.47	119.361
Brasil	7	6	1	4	127.506	136.358	5	7	8	9	721.051

Fonte: INCRA 2010.

A realidade é que entre os anos de 2003 à 2010 a grande propriedade teve um aumento real de 4,5%, o que resulta num valor total de 104.060.874 em área (ha), sendo área improdutiva representando 40% de todo o território nacional, com um aumento de 9.1% em apenas 7 anos (Ver

tabela 04), demonstrando que não necessariamente a existência de um processo de assentamento representa uma desconcentração da terra e uma reforma agrária.

Tabela 04: Crescimento de área por setor no Brasil 2003 à 2010

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2003
	Número	Área (há.)	Peso s/área total	Número	Área(há.)	Peso s/área total	
1. Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
2. Pequena Propriedade	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
3. Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
4. Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a) Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0%)	71,0%
b) Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
5. Total- Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: INCRA, 2010.

O futuro próximo não aparenta caminhar para uma política de reforma agrária que contemple a população brasileira sem acesso à terra, visto, por exemplo, o caso da ex-ministra da Agricultura Kátia Abreu, quem em entrevista⁷ à Folha de São Paulo, afirmou não existir mais latifúndios no Brasil. E notou ainda que: “se eu quero terras, por que eles não podem querer? Agora, não invade, pelo amor de Deus, porque não dá” (Kátia Abreu – Ministra da Agricultura), em referência a questões pendentes entre sua família e o MST no estado do Tocantins, deixando o entendimento de que o discurso do agronegócio continua tendo prioridade ao invés de uma reforma agrária conduzida como política pública no Brasil.

Múltiplas influências formam o caráter e o comportamento sociedade brasileira, dentre elas o surgimento do “homem cordial”⁸, muito bem observado por Holanda (2004). Para o autor, trata-se de um traço cultural, arraigado na formação do brasileiro, em parte relacionado à educação, à receptividade e aos padrões de convívio humanizado existentes na sociedade brasileira. Uma outra parte foi entalhada pelo processo patriarcal dominante no meio rural e absorvido pelo meio urbano, levando a que uma minoria poderosa pudesse controlar a massa social.

O resultado foi, segundo Paulo Freire (1967) a formação de uma sociedade democraticamente estrangulada, devido a uma falta de condições mínimas necessárias para que surgisse da própria sociedade uma democracia, feita a partir de sua população. Qualquer tentativa era sumariamente aniquiladas pelo poder militar violento e coercitivo do poder central. Ao contrário, foram criadas as condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade

⁷ Entrevista realizada em 05 de janeiro de 2015.

⁸ “Homem cordial” a lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam com efeito, um traço definitivo da caráter brasileiro, na medida, ao menos, que em permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (HOLANDA, 2004, p. 146 e 147).

permeável, flexível e características do clima cultural democrático, no homem brasileiro (FREIRE, 1967).

Assim, boa parte da população brasileira em sociedade, associada a uma ausência de educação básica crítica assentada nos direitos e deveres dos cidadãos, não desempenha um papel político ativo. Os poucos que se atrevem a questionar sofrem as sanções de um Estado violento, coercitivo e punitivo. Com tudo isso, há instituições e movimentos ativos que têm se dedicado a talvez o maior questionamento do Brasil. A questão que nunca quer calar, que é secular e razão para históricos e violentos conflitos sociopolíticos no Brasil; a reforma agrária.

Segundo a constituição federal do Brasil de 1988, a propriedade deve ser estabelecida de forma legítima cumprindo seu princípio de função social, conceito esse herdado em suma pelo estatuto da terra (1964). Entretanto o que vemos ainda hoje é a apropriação da terra por grupos pequenos em sua grande parte feita de latifúndios improdutivos. E ainda que produtivos, as técnicas de produção são geralmente predatórias e concentradoras de renda.

Historicamente na formação do Brasil, existem inúmeros conflitos envolvendo a disputa pela terra: Revolução Pernambucana (1817), Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916), Formoso (1950-1960), Ligas Camponesas (1945, 1954-1964). Mais contemporaneamente, e não raramente, a disputa pela terra no Brasil ganha destaque no noticiário internacional: o assassinato de Chico Mendes no Acre em 1988. O seringueiro defendia o seu direito e dos demais de permanecer no local e praticar suas atividades na floresta, o que não agradou os grandes fazendeiros locais. O massacre de Corumbiara em Roraima, 1995, onde dez sem-terra foram assassinados. O Massacre de Eldorado dos Carajás (interior do estado do Pará), que ocorreu em 1996 e culminou no assassinado de dezenove sem-terra. O assassinato da religiosa Dorothy Stang que defendia projetos de desenvolvimento sustentável para os agricultores pobres da floresta em 2005, no Pará.

Em junho deste ano ocorreu mais um dos inúmeros conflitos envolvendo disputa de terras. Desta vez, entre fazendeiros e indígenas durante a retomada de território indígena, na região de Dourados, Mato Grosso do Sul, resultando na morte de uma liderança indígena. Segundo o relatório da comissão da pastoral da terra de 2013, entre os anos de 2010 e 2013 ocorreram 133 assassinatos em 5.190 conflitos no campo.

Nos últimos dez anos, 1.855 pessoas sofreram ameaças de morte, algumas mais de uma vez. Destas, 42 foram assassinadas e 30 foram vítimas de tentativas de homicídio, em 2010. Muitas mortes sequer resultam em inquéritos. A maioria das ocorrências (641) concentra-se nos estados da Amazônia Legal, sobretudo no Pará, onde ocorreram 621 mortes no período. Tais números não são confirmados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas o Poder Judiciário reconhece a morosidade no andamento de processos ligados a conflitos agrários. (IPEA, 2012 p.252).

O “sucesso da exploração agrária se devem no Brasil, em primeiro lugar, à larga disponibilidade de terras cuja apropriação ocorreu com um número relativamente reduzido de empreendedores” (PRADO JR. 2000, p. 25), mais precisamente 15, o número de capitânias hereditárias, a primeira formação administrativa territorial portuguesa no Brasil (e primeiros latifúndios), que reflete até os dias atuais, visto que, “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 2004, p.31).

Somente a partir da década de 60 do século XX o tema entra em debate na sociedade brasileira. Algumas das primeiras reflexões sobre o tema da reforma agrária no Brasil surgiram a partir das publicações “Contribuição para análise da questão agrária no Brasil” e “Nova contribuição à questão agrária do Brasil” ambas de Caio Prado Jr., além da obra “A questão Agrária” (1979), que é uma coletânea de artigos escritos por ele entre março de 1960 e janeiro de 1964 onde a proposta central de suas análises era a busca pela abordagem de “Uma Repartição melhor da propriedade agrária, e o mais fácil acesso a ela para os trabalhadores rurais [...] transformação das relações de trabalho e melhorias na condição de vida” (PRADO JR, 2000, p. 69). Além de Caio Prado, autores também trouxeram à tona a temática da reforma agrária, como: Alberto Passos Guimarães em “Quatro Séculos de Latifúndio”, de 1964; e, Ignácio Rangel em “A questão agrária brasileira”, de 1961.

Entretanto com a instauração do golpe militar de 1964, os debates e propostas sobre a reforma agrária, assim como os movimentos camponeses que cresciam durante o governo do então presidente João Goulart são sumariamente exterminados da realidade brasileira. As premissas de uma política de reforma agrária não foram, é claro, implementadas.

O que se apresentou foram propostas conservadoras de modernização técnica, voltado para o crescimento agropecuário, ideológica liderada pelo Economista Delfim Netto⁹ e seu grupo técnico da Universidade de São Paulo (USP). Tal modelo favorecia o grande latifúndio, com disponibilidade de crédito rural para conglomerados e corporações agrícolas, com uma expansão centralizada em poucos indivíduos ou grupos, resultando em uma ineficiente reforma agrária brasileira, ao contrário, reforçando a concentração de terras e riqueza.

Este processo de modernização técnica da agricultura e de integração com a indústria é caracterizado “por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos

⁹ Delfim Netto durante a ditadura militar assumiu inúmeros cargos públicos entre os anos de 1967 - 1985, como ministro da fazenda, agricultura, Secretaria de Planejamento e embaixador do Brasil na França o que demonstra sua aproximação com o governo militar brasileiro.

etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação etc.) [...] Em certo sentido pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. (DELGADO, 2005, p. 58).

Somente com o fim da ditadura e a reabertura política, e dado o elevado grau de acumulação de terras e a existência de grandes latifúndios no Brasil, os movimentos sociais surgem ou retornam com força reivindicando uma distribuição de terras menos desigual. Durante a década de 80 o aumento dos juros do crédito rural foi intensificado pela recessão econômica no Brasil. O Governo colocou mais uma vez nas *comodities* agrícolas a responsabilidade da estabilidade da macroeconomia brasileira, relegando o tema da reforma agrária, mais uma vez, a segundo plano. Esta estrutura se mantém até a atualidade. Segundo o Ministério de Agricultura e abastecimento, no ano de 2009, o agronegócio foi responsável por 42,5% das exportações brasileiras. Cabe salientar quando se opta pelo modelo agroexportador para resolver o problema da balança comercial, a terra tem o seu valor aumentado, gerando especulação fundiária e um maior acúmulo de terras para grandes proprietários ou corporações.

Como salientado, movimentos não governamentais rurais começam a se articular em reação ao elevado nível de desigualdade econômica e social. Em 1979¹⁰ surge a Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e em 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984. Também se intensificaram as atividades da Confederação nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) fundada em 1964, entidades que permanecem em atividades atualmente e que atuaram na construção dos fóruns nacionais pela reforma agrária e justiça no campo.

Como resposta à crise social que se acentuava, o Estado demonstra incluir a questão agrária como política nacional criando o Ministério de reforma e desenvolvimento Agrário e construindo bases para as propostas do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que seria implementado de 1985-1988. O PNRA gerou controvérsias entre os atores favoráveis à reforma agrária e forte oposição dos representantes das elites agrárias, que chegou a criar a União Democrática Ruralista (UDR) tendo como alguns dos objetivos evitar a aprovação do Plano e impedir a reforma agrária. A UDR teve êxito, pois o PNRA foi abandonado no governo Sarney. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: “a estrutura fundiária brasileira se manteve basicamente a mesma pelo menos desde meados do século passado” (IPEA, 2012, p. 248).

¹⁰ Surgimento ainda durante o período de Ditadura Militar.

4 QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO URBANA: VÍTIMAS DE UM SÓ PROCESSO

A inexistência histórica de uma política efetiva de reforma agrária no Brasil, associada ao modelo de desenvolvimento via industrialização e à modernização conservadora, impactou definitivamente a questão dos espaços urbanos, moldando a realidade encontrada atualmente. Houve migração em massa de mais de 13 milhões de brasileiros entre as décadas de 60-80, principalmente para a região sudeste, em especial o estado de São Paulo. Tal fato acarretou na desterritorialização do campo.

Para Vianna (2017, p.24) o processo de desterritorialização é “a mobilidade do espaço geográfico em que haja a perda da identidade e de vínculos, onde a noção de subjetiva de ‘pertencimento’ acerca da conscientização da população é o que marca as territorialidades” na visão de Haesbaert (1995). Portanto, a chegada da modernização no campo a qual acarretou no êxodo de famílias de trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos caracteriza a mudança da identidade desses espaços rurais, antes ocupados por famílias de pequenos agricultores e, posteriormente a tais políticas, pelo agronegócio com a mecanização da produção agrícola.

Logo, expulsão do trabalhador do campo não lhe deixou alternativa, senão migrar para os grandes centros urbanos. Entretanto, os centros urbanos não acompanhavam na mesma velocidade o processo de migração, resultando em escassez na oferta de serviços públicos: saneamento básico, educação, Saúde e ainda de natureza privada: mercados e energia elétrica.

Assim como no meio rural, a questão do espaço habitável nos meios urbanos sofreu um processo de estrangulamento com o êxodo rural, tendo como consequência em falta de moradias nas áreas urbanas e resultando em um processo de aglomerados subnormais no Brasil.¹¹

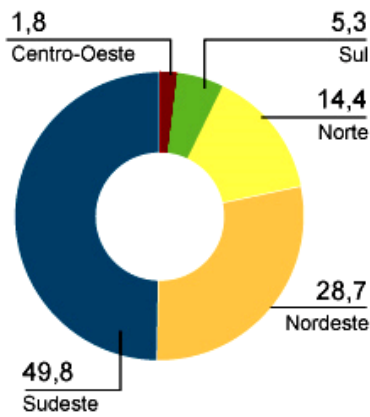
¹¹ Termo utilizado pelo IBGE para denominação de moradias constituídas de 51 tipos de unidades habitacionais, popularmente conhecidas como favelas.

Metrópoles e Aglomerados Subnormais

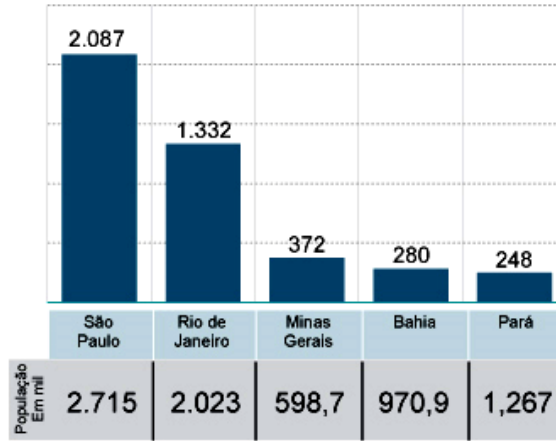
Favelização no Brasil

11,4 milhões de pessoas vivem em 6.329 favelas espalhadas pelo país

■ Por região – em %



■ As cinco metrópoles com o maior número de aglomerados urbanos irregulares



Fonte: IBGE

Fonte: IBGE (2010).

Atualmente, as maiores quantidades de aglomerados subnormais, localizam-se em São Paulo, com 2.087 e Rio de Janeiro, com 1.332, sendo grande parte de seus moradores, de famílias (e gerações seguintes) que migraram de regiões rurais devido a falta de uma política de reforma agrária e de manutenção das pequenas propriedades rurais. Em contrapartida, migraram para os principais centros urbanos do país em busca do “milagre econômico” proposto pelo governo militar.

O excesso de demanda fez com que aumentasse o custo do terreno no perímetro urbano, causando um processo de gentrificação¹², que divide até hoje as grandes metrópoles em um processo de controle e aumento do preço do metro quadrado nos espaços urbanos, deslocando a população pobre para margem em localidades com baixa qualidade de vida e escassez de bens públicos e privados.

A falta de acesso à moradia pelos trabalhadores pobres fez surgir a questão urbana. No ano de 1997 foi criado o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST)¹³, que busca tratar sobre a questão e o direito a moradia e uma reforma dos espaços urbanos. Sofrendo sanções violentas em suas ocupações similares as ações coercitivas vistas nos assentamentos rurais. O aumento populacional dos centros urbanos, causado principalmente a partir da recessão econômica da década de 80 uma demanda de trabalhadores maior do que as opções de trabalho no mercado, deixando essa população à mercê de uma defasagem salarial e/ou “sub-empregos”.

¹² A gentrificação [...] é a questão essencial no atual quadro para entender a população urbana [...] numa interpretação da paisagem social urbana das metrópoles [...] tendem a situar-se em dois extremos. Por um lado, os “profissionais” e a “*beautiful people*”, da gentrificação residencial e econômica [...] por outro lado um setor social que detém muito fracos recursos, entre os que hoje determinamos as desigualdades; inclusão e exclusão social (RODRIGUES, 1999, p.111).

¹³ Organizados pelo Movimento dos Sem Terra (MST).

5 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que diferente de outros lugares a formação da sociedade brasileira está diretamente relacionados à questão do campo, mantendo esse perfil, inclusive em números populacionais totais até a década de 60 do século XX, dessa forma a cultura peculiar do meio rural, com tradições e características particulares, formam transmitidas automaticamente com as formações das primeiras cidades no Brasil e as peculiaridades sócio-culturais, ambientais, econômicas e uma sensação de pertencimento ao meio rural estavam intrínsecos na população que vive nos centros urbanos.

Pela lógica da mídia atual o poder simbólico¹⁴ urbano hoje migra com rapidez para o meio rural, criando inclusive dificuldade da manutenção dos aspectos sócio-culturais originais no campo. Cabe a busca de alternativas locais que mantenham as particularidades simbólicas do local rural frente ao impacto midiático que influencia a sociedade moderna (urbana ou Rural) em especial as gerações mais novas.

Com relação à questão da reforma agrária no Brasil é hoje provavelmente o maior problema do “mundo rural”, visto que se enfrentam quase 500 anos de formação de um país latifundiário, o que resultou em grande parte na situação dos dias de hoje. Não é possível afirmar mais provavelmente se a política de uma reforma agrária fosse posta em prática ao invés de uma modernização desregulada do campo ainda nos meados do século XX, a atual situação da reforma agrária Brasileira estaria em uma realidade menos desigual.

Problemas relacionados à questão da reforma agrária influenciaram questões urbana do Brasil, principalmente devido ao aumento populacional das cidades urbanas que absorveram boa parte dos até então moradores do meio rural, parte integrante do êxodo por falta de oportunidades no campo, resultando em espaços urbanos que não desenvolveram proporcionalmente na mesma velocidade que as cidades cresciam populacionalmente resultando em problemas de infraestrutura, falta de acesso a bens públicos e privados, aumento da favelização, sub-empregos e desempregos.

Em momento algum a população até então rural deve ser responsabilizada por esses problemas existentes no “mundo urbano”, a responsabilidade do êxodo do campo deve-se totalmente a falta de uma política pública que priorize as pequenas e médias propriedades e os trabalhadores rurais, sendo essa parcela da população brasileira duplamente punida, primeiro pela

¹⁴ Relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulado pelos agentes [...] o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação de fazer ver e fazer crer só se exerce se for reconhecido [...] fica condenado a ser apenas instrumento daquilo que ele quer pensar (BOURDIEU, 2001, p 11, 14 e 36).

questão forçosa do êxodo de seu território de origem e posteriormente pela falta de oportunidade digna nas cidades.

A atual situação da reforma agrária no Brasil continua a marchar de forma lenta e violenta, tendo inclusive a questão da escravidão como realidade cotidiana desses trabalhadores rurais. O número de assentamentos não acompanha a necessidade da população sem-terra, sendo suas melhores oportunidades partindo de ações coordenadas pelos movimentos sociais e não a partir de uma política pública de distribuição de terras devolutas e uma reforma agrária condizente com mais de 500 anos de uma má distribuição da terra no Brasil.

Sendo assim somente a partir na equalização de problemas existentes acerca da questão rural brasileira é que se poderá resolver problemas relacionados a questão urbana. Olhar para a resolução dos problemas das urbes sem a resolução das questões do campo é a simples realização de um paliativo sem a resolução do conjunto dos problemas da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Fundações e Medidas da Ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro /RJ : IPEA / Ministério do planejamento, orçamento e gestão, 2000.

ARAÚJO, Flávia Aparecida; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Relação Cidade-Campo: desafios e perspectivas**. Revista de geografia agrária, v.4, n. 7, p. 201-229, fev. 2009

BENI, Mário Carlos. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.

BERGAMO, Mônica. **Não existe mais latifúndio no Brasil, diz a nova ministra da agricultura**. Revista folha de São Paulo. 05 de janeiro de 2015, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existe-mais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml>>, Acesso em: 24.01.2015

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e terra, 1997

CARLOS, Ana Fani A. **Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”**.

Disponível em: <http://geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/geo>. Acesso em 10.01.2015

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2013**. Goiânia. Abril de 2014

DE OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A política de reforma agrária no Brasil**. Direitos humanos no Brasil 2009, 2009. p. 27.

DELGADO C. Guilherme. **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003**, in. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90

ENDLICH, Ângela M. **Perspectivas sobre o urbano e o rural**. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. 1 ° Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

GALSTON, Willian A.; BAEHLER, Karen J *Rural development in the United States — connecting theory, practice and possibilities*. In. ABRAMOVAY, Ricardo. **Fundações e Medidas da Ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, César Augusto Miranda; SILVA, Rocio. **Denominações Territoriais Agroalimentares, Políticas e Gestão Social: Argentina, Brasil e a experiência espanhola no contexto europeu**. In: **VII Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrários y Agroindustriales** - realizadas na Universidade de Buenos Aires de 1 a 4 de novembro de 2014.

HAESBAERT, Rogério. **A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, p. 165-201, 1995.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil.** 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IANNI, Octavio. O mundo agrário. In: IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006,** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009,** Rio de Janeiro, v. 30, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem populacional:** 1996. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 10 de janeiro de 2015

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada. Desenvolvimento Rural, in. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília / DF, Capítulo 7. 2012.

LEFEBVRE. Henri. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro / RJ: DP&A, 1999.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2009). **Censo Agropecuário 2006.** Agricultura Familiar: primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE. 2009

PRADO Jr. Caio. **A Questão Agrária Brasileira,** 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000

PRADO Jr, Caio. **A Questão Agrária.** 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **Cultura, sociedade rural, sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos/USP, 1978.

RUA, João. **A ressignificação do rural e as relações cidade-campo**: uma contribuição geográfica. Revista Angepe, Fortaleza, n. 2, p. 45-66, 2005

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo:Hucitec, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação. Beltrão; WHITACKER, ArthurMagon (org.). **Cidade e campo**: relações econtrações entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p 111-130.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Cidadania e desenvolvimento local**. 1º ed. Ijuí: Unijui, 2007.

VIANNA, Márcio de Albuquerque. **A Agricultura Familiar em Seropédica-RJ: Gestão Social, Participação e Articulação dos Atores do Polo de Conhecimento Local em Agropecuária**. Tese de Doutorado. PPGCTIA-UFRRJ: Seropédica, 2017.